

Índice

Aumentar a fatura fiscal dos ricos	1
Os números não falam por si sós	4

Aumentar a fatura fiscal dos ricos

Aumentar os impostos sobre os ricos converteu-se numa bandeira da esquerda nos confrontos eleitorais dos EUA e Reino Unido. O objetivo é reduzir a desigualdade e financiar programas sociais mais ambiciosos. Também em Espanha, o governo de coligação entre Partido Socialista e Unidas Podemos aumentou as taxas sobre os rendimentos elevados e sobre as grandes empresas. Mas estas políticas não devem esquecer que uma coisa é reduzir a desigualdade e outra aumentar a receita fiscal de modo significativo.

Se há algum economista que se tenha destacado pelas suas críticas ao aumento das desigualdades esse é o francês Thomas Piketty, do qual foi traduzido em Espanha o livro “Capital e ideologia” (Deusto), continuação de “El capital en el siglo XXI”, também editado nesse país. Piketty reconhece o progresso que aconteceu em todo o mundo relativamente ao aumento da esperança de vida, da alfabetização e do poder de compra, o que retirou muitas pessoas da pobreza. Mas sublinha que este progresso esconde imensas desigualdades e, o que é pior, que estas se acentuaram nos últimos anos.

Acima e abaixo

Segundo os dados de Piketty, a participação do decil superior (os 10 % da população com maiores rendimentos) no rendimento nacional, em 2018, era de 34 % na Europa, de 41 % na China, de 46 % na Rússia, de 48 % nos EUA, e atingia

55 % na Índia. Além disso, esta desigualdade tem-se vindo a ampliar, pois, em 1980, os 10 % do decil superior contavam com 26 % - 34 % do rendimento total em diversas regiões do mundo, enquanto, em 2018, a média havia subido para 37 % - 56 % nas mesmas regiões.

Um indicador especialmente expressivo consiste em comparar a relação entre o rendimento médio dos 10 % mais ricos e o dos 50 % com menos rendimentos. Assim, Piketty constata que a relação entre o rendimento médio dos 10 % mais ricos e o dos 50 % mais pobres é de 8 para 1 na Europa e de 19 para 1 nos EUA, proporção similar à da Índia.

A desigualdade de rendimentos acarreta igualmente a concentração da riqueza no percentil superior (os 1 % mais ricos). Segundo Piketty, a sua parte no total de propriedades privadas aumentou imenso desde os anos 1980-1990 na China, na Rússia, na Índia e nos Estados Unidos e, em menor grau, no Reino Unido e em França.

Se a desigualdade se medir de acordo com outros critérios, como a evolução da classe média, também se observa uma estagnação ou mesmo uma diminuição. Segundo um [relatório](#) publicado em 2019 pela OCDE (“Aceprensa”, 24.4.2019), nos países da organização, as pessoas pertencentes à classe média passaram de 64 % da população em 1985, para 61,5 % em 2015. Para a OCDE, entram neste segmento aqueles cujos rendimentos se situam entre 75 % e 200 % do rendimento mediano nacional. A classe média viu aumentar os seus rendimentos de um modo sustentado até meados da primeira década do século XXI. Mas, entre 2007 e 2016, o progresso foi de apenas 0,3 % ao ano. Globalmente, no decorrer dos últimos trinta anos, o aumento dos rendimentos intermédios foi inferior a um terço do registado pelos rendimentos dos 10 % mais ricos.

Se a desigualdade se medir pelo índice de Gini (sendo 0 a igualdade perfeita e 100 a desigualdade máxima), a média na União Europeia cresceu de 30,6 em 2009, para 30,9 em 2018. A desigualdade, por exemplo, em Espanha, ficou acima da média, com 33,2, o que significa ser o sétimo país mais desigual da UE, depois do Reino Unido e da Itália, e de quatro da Europa de Leste (Bulgária, Letónia, Lituânia, Roménia). Nos EUA, o índice estava em 39.

Imposto sobre o património

Como é nos EUA onde – seja qual for o modo como as medições sejam feitas – há maiores desigualdades no mundo ocidental, não é estranho que a ideia de aumentar impostos sobre os ricos se tenha convertido numa ideia recorrente entre os que foram aspirantes democratas à presidência. Enquanto que as reformas fiscais de Trump foram na linha da redução de impostos, candidatos democratas como Bernie Sanders ou Elizabeth Warren ergueram a bandeira de cobrar mais impostos aos ricos.

Entre as diversas modalidades, a primeira é um imposto sobre o património. A proposta de Warren foi de uma taxa de 2 % para patrimónios acima dos 50 milhões de dólares, o que abrangeria 70 000 famílias. Por sua vez, Sanders propôs um imposto sobre a riqueza ainda mais agressivo, que iria de 1 % para fortunas de 32 milhões, até 8 % para aquelas cuja riqueza excedesse os 10 000 milhões.

Os que propõem o imposto sobre o património costumam ser muito otimistas quanto à receita fiscal que implicaria. 1 % do PIB, segundo pensam Warren e Sanders. Mas as estimativas são discutidas. Os ricos têm bons advogados que minimizariam os efeitos do imposto. E a riqueza também pode emigrar para países mais acolhedores.

A experiência indica que os países europeus não tiveram muito sucesso com o imposto sobre o património, que foi eliminado na Áustria, Alemanha, Dinamarca, Luxemburgo e Suécia. O modelo clássico de imposto sobre o património subsiste na Noruega e na Suíça, com uma taxa de 0,85 % e de 0,30 %, respetivamente. Em França, desde 2018, o antigo Imposto sobre as Grandes Fortunas foi alterado para um Imposto sobre a Fortuna Imobiliária (para habitações no valor superior a 1,3 milhões de euros), o que deixa de fora os depósitos bancários ou as ações. Na Holanda, integra o imposto sobre o rendimento.

Em Espanha, é um imposto cedido às comunidades autónomas, que fixam a base de tributação e a taxa de imposto, daí haver grandes diferenças entre elas. Inclusivamente, em Madrid, há uma bonificação de 100 %. Em 2017, foram obrigadas a pagar o imposto em Espanha 171 460 pessoas, o que deu origem a uma receita fiscal de 1040 milhões de euros (somente 0,5 % do total).

Espremer os rendimentos mais elevados

O modo mais direto de obter receita seria aumentar a taxa marginal máxima do imposto sobre o rendimento, aplicável aos que mais ganham. Devido ao princípio de progressividade fiscal, os rendimentos mais elevados pagam uma percentagem maior do seu rendimento, ou, mais exatamente, da parte do rendimento que ultrapassa um certo limite.

A progressividade fiscal alcançou um máximo desde meados do século XX até aos anos 80. A taxa máxima do imposto para a última parcela dos rendimentos mais elevados atingiu uma média de 80 % nos EUA e no Reino Unido, mas a partir de então foi baixando em todos os países desenvolvidos. Nos EUA, é atualmente de 37 %. Na Europa, Canadá e Austrália, a taxa máxima baixou de uma média de 68 % nos anos 80, para 43 % hoje. Na época da globalização, quando os fluxos de capitais atravessam as fronteiras, é muito difícil manter uma taxa máxima muito elevada sem afugentar os ricos.

A representante democrata por Nova Iorque, Alexandria Ocasio-Cortez, propôs uma taxa marginal máxima de 70 % para os rendimentos superiores a 10 milhões de dólares, com a qual assegura que se maximizaria a receita fiscal e a justiça tributária. Outros pensam que embora isto reduzisse a desigualdade, não se deve esquecer os seus possíveis efeitos negativos na economia, pois impostos mais elevados podem desincentivar o trabalho e a criação de emprego.

Para limitar as repercussões negativas sobre a economia, há quem proponha aumentar os impostos sobre os rendimentos de capital e das mais-valias. Nos EUA, estes rendimentos constituem 70 % dos rendimentos dos lares mais ricos, enquanto que para o contribuinte médio, 80 % dos seus rendimentos têm a sua origem no salário. Maiores taxas sobre a propriedade imobiliária poderiam vir a captar parte das inflacionadas mais-valias que os proprietários têm conseguido obter nas cidades em expansão.

O impopular imposto de sucessões

Outro modo de reduzir a desigualdade da riqueza é limitar a sua transmissão através do imposto de sucessões. Mas o próprio Piketty reconhece no seu livro que o imposto de sucessões é “um dos mais impopulares, enquanto que os impostos sobre o património e o rendimento são relativamente bem aceites”. As pessoas preferem pagar um imposto em torno dos 1 % ou 2 % anuais sobre o valor das suas propriedades, em vez de terem de pagar 20 % ou 30 % no momento da herança. A hostilidade que o imposto suscita também entre as classes médias e trabalhadoras “reflete um receio compreensível por parte dos que acedem pela primeira vez à propriedade imobiliária, muitas

vezes com recursos e ativos financeiros limitados, fazendo com que os seus filhos tenham de pagar de uma só vez um imposto tão elevado, obrigando a vender a propriedade em questão para poder ter acesso ao dinheiro”, salienta Piketty.

Tendo em conta as isenções ao imposto, parece justificado que o imposto sobre o património tenha um papel mais significativo do que o de sucessões para reduzir a desigualdade.

Se os ricos não investem

A fiscalidade progressiva sobre o rendimento, a riqueza e as sucessões contribui para reduzir a desigualdade, mas deve ver-se também qual é o seu efeito sobre o conjunto da economia.

Relativamente à ideia de subir impostos aos “criadores de riqueza”, objeta-se que assim se desencoraja o investimento produtivo e a criação de emprego. Não só sairiam a perder os ricos, como igualmente os trabalhadores que não são contratados, porque os negócios não se expandem. Isto explica que os aumentos de impostos nem sempre façam aumentar a receita fiscal.

Na opinião oposta, responde-se não haver qualquer evidência de que a redução de impostos sobre os rendimentos de capital tenha contribuído para intensificar o investimento produtivo. O que aconteceu foi que a ideia de “criar valor” se traduziu em políticas para fazer aumentar a cotação das ações e, de passagem, a remuneração dos executivos em função deste resultado. Segundo [Carlos Sebastián](#), que foi catedrático de Teoria Económica na Universidad Complutense, “a maximização desse valor de mercado levou à política do curto prazo, a dar prioridade à cotação e ao lucro imediato por ação, em detrimento do investimento produtivo e da inovação, e à exploração dos outros atores do esforço coletivo que leva à geração de rendimentos” (“El País”, 26.12.2019).

Um bom índice do dinamismo de uma economia constitui o crescimento da produtividade. Se esta consegue crescer a bom ritmo, as pessoas terão mais dinheiro e o governo também poderá gastar mais. Mas, no conjunto da OCDE, o crescimento da produtividade baixou de 1,9 % no período 1996-2000, para 0,9 % em 2014-2018. No Reino Unido, a Royal Statistical Society, ao escolher a que considera ser a estatística mais importante da década no país, observou criticamente o fraco crescimento da [produtividade](#): somente 0,3 % ao ano nos últimos dez anos, quando no período 1997-2007 o crescimento foi de 2 % ao ano.

O aumento da produtividade depende da organização da economia, da inovação tecnológica e do capital humano. Mas é uma evidência que o crescimento da desigualdade nos últimos anos não foi acompanhado de um maior dinamismo económico.

Também há economistas que se interrogam se a redução do imposto sobre as empresas nos EUA de 35 % para 21 %, decidida pela Administración Trump em 2017, contribuiu para aumentar o investimento. Num [bloque do FMI](#), três economistas da instituição concluem que o maior investimento se deve ao facto da procura interna e das vendas terem crescido nos EUA. A procura aumentou, porque as pessoas têm mais rendimento disponível devido à baixa de impostos e também porque o governo gastou mais.

Pelo contrário, consideram que a baixa do imposto sobre as empresas teve pouco efeito. A sua análise sugere que à medida que aumenta o poder de mercado das grandes empresas e a concentração nas suas respetivas indústrias, os seus lucros adotam cada vez mais a forma de rendimentos de monopólio, ou seja, acima do que seria normal se houvesse mais concorrência. Neste quadro, uma baixa no imposto sobre as empresas aumenta os lucros depois de impostos, mas influi menos nas decisões de investimento e de produção.

Favorecer a difusão do capital

Isto relativiza também a ideia de que ao aumentar os impostos sobre os ricos se está a penalizar a criação de riqueza e o sucesso com origem no trabalho. Os rendimentos mais altos, especialmente os ganhos astronómicos dos últimos anos, deveram-se em grande parte à hipertrofia do setor financeiro e, por vezes, à exploração de vantagens monopolísticas.

Embora não se oponha à recompensa para o sucesso, a “The Economist” (9.11.2019) [reconhecia](#) que “em ambos os lados do Atlântico, demasiadas empresas obtêm lucros recorde em mercados concentrados. Alguns milionários prosperaram onde a concorrência diminuiu. O Facebook e o Google dominam a publicidade *on line*. Warren Buffet gosta de investir em empresas protegidas por barreiras que deixam de fora os rivais”. Mas reconhece que muitos outros operam em mercados que estão abertos à concorrência: “Por cada Mark Zuckerberg, o patrão do Facebook, há vários empresários tecnológicos com muitos rivais”.

Evitar uma concentração excessiva do capital e favorecer a sua difusão é o objetivo que procura Piketty. Para isto, propõe que o sistema fiscal se baseie em três grandes impostos progressivos: um imposto anual sobre a propriedade ou património, um imposto sobre o rendimento e um imposto sobre as heranças. Com o imposto anual sobre a propriedade e o de sucessões financiar-se-ia com uma dotação de capital cada jovem de 25 anos, e com o imposto sobre o rendimento (que inclui os descontos sociais e um imposto sobre o carbono) seriam financiadas as despesas do Estado social (educação, saúde, pensões, rendimento básico...). Para os seus detratores, isto parece pouco realista.

Sem dúvida, se a cada contribuinte deve exigir-se de acordo com a sua capacidade, haverá sempre que cobrar proporcionalmente mais impostos aos ricos e há margem para isso. Outra coisa é que isto baste para financiar um Estado Providência generoso como o europeu. A realidade é que os muito ricos são relativamente escassos. Por isso, o sistema fiscal europeu acaba por cobrar mais impostos não apenas aos ricos, como também à classe média, que constitui a maior parte dos contribuintes. E, em grande parte, através de impostos indiretos, que não distinguem entre pobres e ricos. Assim, por exemplo, [em Espanha](#), o IVA constituiu 33 % da receita fiscal em 2018, enquanto que o imposto sobre o rendimento significou 39 % e o das empresas, 12 %.

É possível preferir mais prestações em troca de pagar mais impostos, ou esperar menos do Estado e pagar menos impostos. Isto faz com que a França seja o país da OCDE onde a relação entre impostos e PIB é mais elevada (46,1 % em 2018), enquanto que os EUA têm uma das mais baixas (24,3 %), embora na Irlanda seja ainda inferior (22,3 %). A média da OCDE é de 34,3 %, nível em que se encontra agora, por exemplo, a Espanha. Um aumento de impostos sobre os rendimentos mais elevados pode ser justo para reduzir a desigualdade, mas seria demagógico apresentá-lo como uma solução para um défice público enquistado.

I. A.

Os números não falam por si sós

A ideia de que em muitos países ocidentais cresceu a desigualdade, especialmente na sequência da crise de 2008, é apresentada como um facto indiscutível. No entanto, não é tão evidente a medida da desigualdade, e as conclusões podem ser diferentes segundo a metodologia utilizada.

A “The Economist” (30.11.2019) [analisou](#) algumas das teses repetidas sobre a desigualdade, para concluir que as diferenças em rendimento e riqueza podem ser menos acentuadas do que se pensa. Comparando o que afirma Piketty com estudos de outros economistas, a revista semanal britânica afirma que, após levar em conta os impostos pagos e as transferências recebidas, na Europa, a relação entre o rendimento depois de impostos dos 10 % mais ricos e o dos 50 % com menos rendimentos, mudou pouco desde meados dos anos 90 do século passado. Nos EUA, a diferença aí sim, cresceu.

Relativamente à estagnação dos rendimentos médios, a “The Economist” salienta que, consoante os estudos utilizados, nos EUA, as estimativas sobre a evolução do rendimento médio

entre 1979 e 2014, variaram entre uma diminuição de 8 % (Piketty), até uma subida de 51 % (Departamento do Orçamento do Congresso).

Outro fenómeno mencionado é a queda da participação dos rendimentos do trabalho no PIB em contraste com o aumento dos rendimentos do capital. Os salários mal teriam crescido em termos reais, embora a produtividade tenha aumentado, o que implica que uma parte crescente do PIB foi para o capital (na forma de juros, dividendos e mais-valias), em vez de ir para os trabalhadores na forma de salários. Mas alguns economistas salientam que os dados mudam consoante os rendimentos dos trabalhadores autónomos sejam considerados trabalho ou capital, ou assinalam que parte dos rendimentos de capital se referem ao aumento de valor de propriedades imobiliárias.

Por último, as denúncias da desigualdade sublinham que o maior rendimento dos mais ricos permitiu-lhes acumular uma crescente riqueza patrimonial. No caso dos EUA, poucos discutem que a riqueza estimada dos 1% mais ricos cresceu. Noutros países – como França, Dinamarca ou Reino Unido – é difícil discernir uma tendência clara na desigualdade da riqueza.

I. A.